A consolidação de política de empobrecimento da uma esmagadora maioria em detrimento enriquecimento de uma minoria produziu ao longo da história uma legião de miseráveis e excluídos suscetíveis a toda sorte de tragédia. Seres humanos subumanizados, alijados de dignidade e mutilados em sua cidadania. Sorrateiramente preparados à sobreviver de migalhas, as quais lhe são servidas como verdadeiro banquete de compaixão e misericórdia por parte de quem se compadece de tal situação. É o algoz vestindo a pele de cordeiro!

No Brasil, por vários séculos esta prática consolidou-se como fluxo natural do processo civilizatório, marca inconteste no caminho normal onde o conformismo do miserável só não é maior que o apetite sistemático do grande capitalista (coronel-senhor). Mas como nada é imutável, enfim experimentou-se a prática reversa. A visão do miserável que até então banqueteou-se com as migalhas, mas não se vê na obrigação da dívida de gratidão. Porém o vício do poder parece potencialmente virulento, contaminando a quem o combateu por séculos.

Se antes o conformismo estava em aceitar a condição de miserabilidade e submeter-se, agora é tempo de considerar que o Estado deve oferecer algumas migalhas em forma de política afirmativa. Quem recebe por sua vez imobiliza-se diante da generosidade do poder instituído e submete-se a ele. Esta submissão se dá pela imobilização democrática das massas que retribui as migalhas com votos. Graças ao assistencialismo deliberado contentam-se os famintos e laureiam-se os “generosos” e ainda afagam-se os poderosos com generosas benesses.

O que era para ser um programa emergencial e com perspectivas de constante redução, torna-se o grande diferencial de um governo que se apresenta como revolucionário. A educação básica padece, priorizando-se a superior onde há mais votos. Para ingressar na superior criam-se políticas afirmativas pois a escola básica não é igual para todos. Ao invés de federalizar a educação básica, federaliza-se o assistencialismo “despretensioso”.

Assim constata-se que estamos subordinados a um regime de empobrecimento econômico e moral por séculos e que nos conduz à uma realidade sempre mais insustentável. Assim, somando o cruel abandono de séculos e o assistencialismo castrador atual, nos afastamos a cada dia de um país capaz de estabelecer uma justiça social onde cada cidadão possa se sustentar com dignidade e usufruir plenamente de seus direitos. No país do futebol, do analfabeto, das músicas de dois versos, do político condenado (e até preso) fazendo leis, descortina-se um futuro de poucas esperanças.

Esperanças depositadas numa grande revolução possível. Uma revolução que nasceu nas ruas, mas que a mídia insiste em reduzir a vandalismo. Uma revolução sem partidos políticos (de nossos moldes) mas repleta de ideologia e de expectativa por justiça social. O manifestante sério (que é a esmagadora maioria) quer trabalhar em paz, capacitar-se para ler e compreender a realidade, sentir-se seguro, alimentar-se dignamente, poder ser o que de fato é. Isto é justiça social.

Justiça social que se alicerça, ao nosso ver em três pilares fundamentais: educação emancipadora, distribuição de renda e sustentabilidade. A educação emancipadora a que nos referimos, é fundamentalmente a que promove o ser humano e lhe permite construir-se permanentemente. Uma educação que rompa o estado de submissão absoluta e a condição subserviente da massa e a transforme efetivamente em um contingente cidadão. Uma educação para o futuro.

A distribuição de renda não é necessariamente um programa de doação de recurso do Estado para o cidadão, o que é uma política afirmativa fundamental numa nação de famintos e doentes. Distribuição de renda é garantir a todos a oportunidade de produzir e gerar riqueza a qual seja distribuída de forma equânime e solidária para que todos tenham garantidos os direitos fundamentais.

Neste mesma perspectiva carecemos de relações humanas, sociais e ecológicas sustentáveis. Trata-se de estabelecer a tolerância, o respeito, o equilíbrio e condutas éticas que permita à vida, manifestar-se de forma livre e ampla. A diferença entre seres humanos é um fenômeno não apenas a ser tolerado, mas celebrado. Cada sujeito embora único e particular é também indivíduo de um coletivo e nele insere seus valores, habilidades e necessidades. No âmbito das relações do ser humano com o meio ambiente, a preocupação é com o esgotamento do planeta em garantir o desenvolvimento pleno da vida.

Assim, justiça social não é apenas uma questão de sobrevivência coletiva, mas de dignidade. Se a justiça social é um sonho, então é preciso acreditar que ele é possível. Afinal não há como ter esperança em algo em que não se acredita. É também fundamental que não se deixe podar o sonho preservando-se o direito de sonhar sempre. Cada cidadão necessita sentir-se no direito de sonhar e nenhum governo assistencialista, direitista ou reacionário tem o direito de tolher o sonho! Uma sociedade de homens e mulheres que sonham será socialmente mais justa!

Nilton Bruno Tomelin